



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 03 /22**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 30 DE JUNHO  
DE 2022**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, José Luís Nunes Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Álvaro Jacinto Costa, Rui Miguel da Silva Mortal e Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Patrícia Pinto Felizes Figueira e Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves.

*Pelo Partido Social Democrata:*

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Leonel Cristóvão Cunha Fina, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

*Pelo Partido Socialista:*

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Elisa Beatriz de Jesus Massaroca e Mafalda de Almeida Catalão, por motivos pessoais tendo sido substituída por Milton dos Santos Marques Alcaide, dada também a indisponibilidade de Rui Manuel Rodrigues Silva, por motivo de se encontrar ausente do país (Documentos anexos à Minuta da Ata).

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, por motivos profissionais, tendo sido substituída por Helena Paula Menezes Batista e Orlando da Cruz Paninho de Almeida Gomes, por motivos pessoais, tendo sido substituído por João Nuno Navarro Baptista Coelho (Documentos anexos à Minuta da Ata).

*Pelo Partido CHEGA:*

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, por motivo de se encontrar ausente do país, tendo sido substituída por Nuno Filipe Valente (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontram-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as vereadoras Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Dário João Ferra Moura.

Faltaram à sessão a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, por motivo de férias e o vereador Luís Miguel Carraça Franco, por motivos académicos, tendo sido substituído por Jorge Manuel Pereira Giro (Documentos anexos à Minuta da Ata).

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto este período, ao abrigo da alínea c), do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão as seguintes atas:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 18 de dezembro de 2021**

Submetida à discussão, Ana Brandão propôs a seguinte alteração:

Página 14: onde se lê: “Diogo Mourão – Bancada da CDU”, deve-se ler: “Diogo Mourão – Bancada do PS”.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta.

Não votaram: Elisa Beatriz de Jesus Massaroca, Milton dos Santos Marques Alcaide, João Nuno Navarro Baptista Coelho e Nuno Filipe Valente por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento Administrativo.

**Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Ana Lúcia Maduro, bancada do PS

Solicitou as seguintes informações:

- » Ponto e situação sobre o relatório epidemiológico do concelho, relativamente ao Covid-19;
  - » Como decorreu o início da época balnear e limpeza das praias;
  - » Qual o grau de execução das obras comparticipadas pelos Fundos Comunitários;
  - » Como decorreu e quais os problemas identificados, relativamente aos transportes de passageiros dos Transportes Metropolitanos;
  - » Se existe mais informação sobre o aeroporto, além daquela que foi divulgada na comunicação social. Sabe que no dia de ontem se realizou uma reunião em que o executivo foi convidado pelo Ministro das Infraestruturas para estar presente, pelo que, questionou se existe mais alguma informação que possa estar na base de uma tomada de posição, porque se trata de uma decisão, não só estratégica para o País, mas também com grande importância e peso para o concelho de Alcochete.
- Nuno Valente, do CHEGA

Referiu que na presente semana a ERSAR publicou um artigo, a aconselhar que a tarifa da água subisse de preço porque os custos com o abastecimento eram incomportáveis em 70% dos municípios, assim e, atendendo às palavras do Ministro do Ambiente, acerca da seca severa que o País atravessa, questionou quais eram as reservas de água do município, bem como, tendo em conta o que a ERSAR tornou público, qual é a estratégia a realizar e se face à escassez de água que se prevê, se irá existir contenção de água.

Mais questionou se o executivo está a pensar fazer uma reestruturação nos sistemas de rega ou analisar o que não está a funcionar bem, dado existir muitas perdas de água, inclusivamente em redes novas, salientando o facto de há alguns meses o Chega já ter alertado para as perdas de água dos sistemas de rega.

- João Santos, bancada do PS

Solicitou informação sobre o ponto e situação da obra de requalificação do Polidesportivo de S. Francisco e previsão para começo da mesma.

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Mencionou que no passado mês de maio, mais concretamente no dia 15 de maio, foram divulgados vídeos a retratar um episódio de violência em Alcochete, protagonizados por elementos ligados à apanha de bivalves em Alcochete. Essas situações têm-se vindo a agravar ao longo do tempo e a gerar mais insegurança aos residentes do concelho, preocupação que o PSD Alcochete também tem vindo a manifestar. Sabe que no mandato anterior existiram reuniões entre o executivo da câmara municipal e o Governo e, sabendo também que no mês passado foi enviada uma Moção ao Governo sobre o assunto, questionou se o Governo deu resposta à câmara municipal e quais serão os próximos passos a tomar, para que quem tem poder de intervir nestas situações o possa fazer.

- Presidente da Câmara

Primeiramente, apresentou o relatório epidemiológico do concelho de Alcochete, à presente data: número total de casos de infeção de 9554, número acumulado de casos de infeção nos últimos 14 dias de 337, incidência acumulativa de novos casos nos últimos 14 dias por 100.000 habitantes de 1691, número de recuperados de 9186, total de óbitos de 31.

Informou que o Centro de Vacinação de Alcochete, encontra-se instalado no Fórum Cultural de Alcochete, tendo até à presente data sido administradas um total de 9820 inoculações. Este encontra-se a funcionar às quartas-feiras e quintas-feiras no horário compreendido entre as 9h00 e as 13h00 e das 13h30 às 15h30 e aos sábados das 09h00 às 13h00 e das 13h30 às 16h30 até ao próximo dia 14 de julho. A partir dessa data, passará a funcionar apenas às quartas-feiras das 09h00 às 13h30 e das 13h30 às 15h30 até ao mês de setembro. A partir deste mês, prevê-se o aumento do número de dias para a vacinação Covid-19 e para desenvolver o plano de vacinação da gripe sazonal.

Recordou que a câmara municipal continua a assegurar, através dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, o transporte dos munícipes do concelho para o Centro de Vacinação de Alcochete, em articulação com os serviços de Ação Social do município e de acordo com a critérios de mobilidade previamente definidos. O número de telefone para o efeito é o 21 234 86 46. Desde o início da pandemia foram transportados para o Centro de Vacinação 544 utentes.

Relativamente à época balnear, informou que o município a exemplo do que tem efetuado nos últimos anos, por via de contratação externa, adjudica o serviço de limpeza das praias de Alcochete e Samouco todos os dias da semana, prolongando-se até ao mês de outubro. Salientou o facto de esta ser uma tarefa ingrata, porque se está a falar de um rio e, por conseguinte, tem duas enchentes e duas vazantes por dia e cada vez que o processo de enchente acontece, lixos e resíduos são depositados na berma da água.

Informou que autarquia continua a desenvolver um trabalho, iniciado por anteriores executivos, no sentido de as duas praias e, particularmente, a Praia dos Moinhos, serem reconhecidas pela Agência Portuguesa do Ambiente - APA. Assim, são efetuadas análises às águas, durante a época balnear, de 15 em 15 dias e fora da época balnear todos os meses, salientando que não existe um relatório (efetuado por uma empresa certificada) que diga que a água não reúne condições para banhos. Esses relatórios são enviados para a APA, contudo, a resposta por parte desta tem sido zero.

Quanto às obras comparticipadas pelo Quadro Comunitário, informou que foi desenvolvido um conjunto vasto de empreitadas suportadas pelo Quadro Comunitário, nomeadamente, 12 empreitadas de montantes significativos. Destas 12 empreitadas, 10 estão concluídas com um grau de execução de 100% e duas estão em curso, a obra de requalificação das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, cujo prazo de execução é de 1 ano, tendo tido o seu início em janeiro. A outra em curso é a obra de requalificação da Igreja da Misericórdia de Alcochete, em que tudo aponta para que a mesma esteja concluída no final do mês de setembro. Paralelamente, sob a égide do Fundo

Social Europeu, estão a ser efetuadas 3 candidaturas, uma delas o prazo final é princípios do mês de novembro de 2023 e as 2 restantes o prazo é o final do ano de 2022.

Seguidamente, informou que os eixos estratégicos definidos no Quadro Comunitário 2030, assentam sobretudo na sustentabilidade, na mobilidade urbana, na eficiência energética, no que diz respeito à Administração Pública Local, na adaptação às alterações climáticas, em meios materiais para reforço dos Serviços de Proteção Civil, na Conservação da Natureza e Biodiversidade e também no património natural.

Um outro eixo assenta na demografia e na inclusão, programas de proteção dos sem abrigos, projetos experimentais que possam também ocorrer dentro do eixo relacionado com a inclusão e depois nos planos de combate ao insucesso escolar, algo que a autarquia já tem vindo a trabalhar por via do Fundo Social Europeu.

Ainda existe um eixo final relacionado com o desenvolvimento urbano, considerando que com este eixo haverá oportunidade de construção de raiz de equipamentos escolares, informando que no atual Quadro Comunitário a construção de raiz não está prevista, contempla apenas requalificações e, eventualmente, ampliações e depois regeneração urbana e serviços de proximidade. Contudo, salientou que a totalidade da verba para concretização destes eixos na Área Metropolitana de Lisboa (AML), portanto, para os 18 município que a integram é de €120.000.000,00.

No que concerne à entrada em vigor da nova empresa de transporte de passageiros, referiu que foram múltiplas e todas com razão, as reclamações que chegaram ao município e que o município teve o cuidado de enviar à AML, no sentido de esta remeter à empresa criada, TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa. Aludiu que os municípios que integram a AML, delegaram, à exceção de Cascais e Barreiro, a gestão dos transportes a esta, Não tendo o município responsabilidade direta no assunto, mas ainda assim, numa reunião de câmara teve oportunidade de pedir desculpas aos seus



munícipes pelo sucedido nos primeiros dias do mês de junho. Teve a oportunidade, bem como o vereador Pedro Lavrado, de verificar “in loco” aquilo pelo que os munícipes estavam a passar, no sentido, em sede própria e de viva-voz, apresentar os problemas verificados e, no sentido, de exigir aquilo que no fundo é o cumprimento escrupuloso de um contrato internacional por via de um concurso que a AML desenvolveu e com coimas extremamente elevadas para os operadores que não cumpram com o contratualizado. Informou que reuniu conjuntamente com todos os presidentes de câmara que integram a AML, com o primeiro-secretário Metropolitano, presidente do Conselho Metropolitano e com a TML, onde esta informou que avançou para o dia 1 de junho porque recebeu garantias do operador que estava tudo em condições para começar. Existe o compromisso da operadora que a partir do dia de amanhã, de começar a respeitar integralmente aquilo que está contratualizado, nomeadamente com os horários.

Relativamente à questão do aeroporto, informou que o município foi convocado para participar numa reunião, no dia de ontem, no Ministério das Infraestruturas e da Habitação, que por questões de saúde não pode comparecer, mas delegou a sua presença no vereador Pedro Lavrado e o que foi transmitido, foi que o Governo não podendo estar mais tempo à espera, tinha que tomar uma decisão e a decisão que iria tomar era de avançar com a construção de uma pista na Base Aérea n.º 6, avançando para a chamada solução complementar ao Aeroporto Humberto Delgado na Portela e que iria reiniciar as negociações com a Ana Aeroportos de Portugal, no sentido de avançar com a construção da cidade aeroportuária no Campo de Tiro e, assim que o mesmo tivesse concluído, o aeroporto Humberto Delgado seria desmantelado. Contudo, no dia de hoje fomos confrontados com a revogação desta notícia, considerando que o senhor primeiro-ministro terá os seus motivos.

Referiu que o que continua a defender é que havendo a possibilidade de ser efetuado um investimento da raiz, é favorável à construção de uma cidade aeroportuária, seja ela, no Campo de Tiro, em Beja, em Évora, onde quer que seja. Considera que com esta visão macro se está a projetar no futuro um investimento que é fundamental para o País, tendo ficado agradado com o

facto de Alcochete integrar esta solução, contudo o senhor primeiro-ministro revogou hoje o despacho sobre esta matéria, fundamentando que quer ouvir a oposição e, particularmente, o líder do principal partido de oposição, o que para si é uma decisão acertada e inteligente. Considera que devem ser cumpridos todos os pressupostos em vigor, com particular destaque para a preservação da segurança das pessoas e do seu bem-estar e ao nível das questões ambientais, se a solução for a Base Aérea n.º 6 ou Campo de Tiro de Alcochete, espera que não seja colocado em causa aquilo que o concelho de Alcochete tem de mais valioso, os seus recursos naturais.

Quanto à questão colocada pelo representante do Chega, Nuno Valente, por solicitação do senhor presidente da câmara e autorização do senhor presidente da assembleia municipal, o senhor vereador Pedro Lavrado informou que o comunicado efetuado pela ERSAR é uma recomendação genérica. Em relação ao tarifário do município de Alcochete referiu que o sistema de água tem de ser um sistema equilibrado, ou seja, a receita tem de cobrir a despesa e não mais do que isso, não sendo suposto dar lucro. O valor que der a mais para além da despesa deve ser investido na expansão ou na manutenção da rede. Adiantou que o sistema de Alcochete tem estado equilibrado nos últimos anos, pelo que, não se tem aumentado as tarifas, têm sido mantidas as tarifas precisamente porque o sistema está equilibrado.

Informou que em setembro de cada ano é que são efetuados os cálculos da tarifa, proposta que é enviada para a ERSAR que se pronunciará sobre a mesma e depois é aprovada em reunião de câmara até ao final do ano. No momento, não existe nenhuma perspetiva, nenhum indicador que diga que o tarifário poderá aumentar.

Em relação às perdas de água dos sistemas de rega, elas vão acontecendo quase todos os dias, ora por avaria nos sistemas, ora por vandalismo. Como o sistema de rega do município é muito vasto, as áreas verdes são vastas, muitas das vezes só através das reclamações é que se tem conhecimento das avarias. O sistema é um sistema com alguns anos, tem-se vindo a reparar aos

poucos o existente e tem sido efetuado um esforço para que sempre possível, efetuar a renovação do sistema.

Quanto à contenção, este ano devido à seca que o País atravessa foi retardado o mais possível o início das regas, todavia, durante o inverno, altura que as regas estão desligadas, foi necessário, nalguns períodos, a regar para que não se perdessem as plantações e os relvados. Neste momento não é possível fazer contenção, o sistema está a funcionar a 100%, porque não há outra hipótese.

No que concerne às reservas de água, referiu que o município de Alcochete se encontra sob o equífero da Península de Setúbal, o maior equífero da Península Ibérica e um dos maiores da Europa, portanto, neste momento, o fornecimento de água em Alcochete não corre qualquer risco. Segundo estudos, existem reservas com qualidade para 15/20 anos, pelo que, neste momento a quantidade não está em risco, poderá estar daqui por 15/20 anos a qualidade devido ao facto de ser uma extração muito intensiva que poderá colocar em causa a qualidade da água.

Salientou que o município pertence à AIA – Associação Intermunicipal da Água da Região de Setúbal e que esta efetuou um estudo para perceber qual é o estado deste equífero e qual é a sua possível evolução, bem como um estudo, no sentido de os oito municípios que pertencem a esta associação terem uma rede de abastecimento única em alta, ou seja, em grosso modo, é ligar todas as captações dos oito municípios em rede, ligados em anel, estando a ser estudados novos locais para novas captações, locais com maior capacidade de captação. O estudo técnico ficou concluído recentemente, tal como o estudo de viabilidade económica financeira e presentemente irá se iniciar a análise técnica, seguindo-se a discussão política sobre a viabilidade deste sistema avançar. A ideia será a criação de uma empresa intermunicipal pública que une estes oito municípios para entreajuda nas questões do abastecimento de água.

– Presidente da câmara

Em resposta ao senhor João Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, relativo à construção do Complexo Desportivo de S. Francisco, referiu que o mesmo será uma realidade, salientando que o projeto foi aprovado em meados do mês de agosto do ano transato, contudo volvido este tempo de intervalo o mesmo teve que sofrer algumas alterações. Presentemente, o escritório de arquitetos onde o projeto foi elaborado está a limar algumas arestas, para depois se avançar com o procedimento concursal, julgando que em finais de setembro isso possa acontecer e esperando que antes do final do ano a obra já esteja em curso.

Quanto à questão colocada pela deputada Andreia Sousa, da bancada do PSD, relativamente aos mariscadores, sobretudo pelos danos colaterais que esta atividade proporciona, quer dos pontos de vista ambiental, económico, atentado ao pudor da cidadania e da segurança, mencionou que não só foi no mandato anterior que foram desenvolvidas ações, em mandatos anteriores também foram realizadas ações. Naturalmente que o trabalho hoje desenvolvido tem uma dimensão diferente de anos anteriores, dado que o problema tem vindo a crescer.

Salientou que o resultado da vinda de deputados da Assembleia da República ao concelho para verificar “in loco” a situação foi zero. Na Assembleia da República não há uma resolução, não existe um trabalho profícuo em relação a esta matéria, aliás, existem parlamentares, que quando o assunto começa a ser discutido, dizem: “há coisas mais importantes para discutirmos, do que estarmos a discutir os mariscadores de Alcochete”, pese embora este assunto não seja só um problema em Alcochete, é um problema transversal ao Montijo, Moita, Barreiro, Almada, no fundo a todas as zonas ribeirinhas. Todavia, é um facto que também não ouve estes presidentes de câmara levantarem a voz e fazer aquilo que este executivo tem efetuado aos longos destes praticamente 5 anos, reuniões, conversas telefónicas e envio de *emails* aos ministérios respetivos. Para si é uma frustração ver que o problema tenha tomado a dimensão que tomou, sendo agora muito difícil de resolver, mas julga que pode ser feito trabalho, no sentido, do problema ser mitigado.

Ressalvou o facto de a autarquia ter investido dinheiro público com a implementação de um pilarete antimotim, que custou mais de €10.000,00, para impedir a entrada de carros na Ponte Cais, só permitindo assim a entrada apenas a carros autorizados, considerando, contudo, que não resolve o problema, mas evita que o transporte da amêijoia seja efetuado por automóveis, colocando em risco as pessoas que passeiam na Ponte Cais.

Informou que reuniu com um conjunto de representantes do comércio tradicional de Alcochete, nomeadamente da área da restauração, que deram notas das suas preocupações sobre este assunto, que no fundo também são as do executivo, onde teve oportunidade de explicar todo o trabalho desenvolvido. Estes sugeriram a realização de uma reunião com o senhor comandante Distrital da G.N.R e o Comandante da Capitania do Porto de Lisboa, portanto, Polícia Marítima, essa reunião aconteceu durante esta semana e depois de apresentados os factos, estes referiram que iria haver um reforço, tendo ficado acordado realizar um ponto da situação passado um mês, no sentido dos representantes do comércio e a autarquia se pronunciarem se as medidas tomadas quer por uma entidade, quer por outra, teve efeitos práticos.

– Presidente da assembleia

Mencionou que a entidade competente para resolver os problemas de ordem pública é a G.N.R., é esta que compete acabar com a desordem e tudo o que se passa na via pública. Portanto, as questões que não se referem especificamente com a apanha do bivalve, mas que estejam relacionadas com o pudor e violência, existe uma entidade competente, que no nosso concelho se chama G.N.R. e é a esta que compete acabar com a desordem na via pública.

**Ao abrigo da alínea e), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

– José Luís Catalão, bancada do PS

Apresentou a seguinte proposta:

«Venho nos termos da alínea e), do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, tratar de um assunto relevante para o nosso concelho.

É da natureza deste órgão a promoção e a salvaguarda do interesse das nossas populações e a saúde é um bem muito precioso.

Na sequência do Despacho *Arnaut*, é aprovada a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro (Lei de Bases da Saúde), que cria o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A Lei foi aprovada na vigência do IV Governo Constitucional e viria a ser publicada já com V Governo Constitucional de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Como se pode ler no *site* do SNS este “envolve todos os cuidados integrados de saúde, compreendendo a promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social.”

Ao longo dos seus 43 anos de existência, vários foram os ataques a este serviço.

O Poder Local Democrático apoiou incondicionalmente este serviço, dando terrenos para a construção de equipamentos e mesmo através de outras formas.

O concelho de Alcochete sente que existem vários problemas nesta área, pelo que se torna necessário que esta Assembleia acompanhe e seja informada pela Administração do Arco Ribeirinho do ponto de situação em que nos encontramos.

Assim, venho em nome da bancada o Partido Socialista, propor:

1. A criação de uma Comissão Eventual para Análise da Situação dos Cuidados de Saúde neste concelho, com apresentação de relatório final até dezembro de 2022;
2. Que a mesma seja constituída por um elemento de cada uma das forças desta Assembleia, um presidente de junta e o senhor presidente da assembleia.»

Submetida à discussão, não se registaram intervenções.

Submetida à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

Assim, o presidente a assembleia solicitou que cada bancada indicasse um elemento para integrar a respetiva comissão.

- Ana Maduro, em nome do PS, indicou Mafalda Catalão e a senhora presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Maria Manuel Maduro;
- Álvaro Costa, em nome da CDU, indicou Rui Mortal;
- Patrícia Figueira, em nome do CDS/PP, indicou, Patrícia Figueira;
- Andreia Sousa, em nome do PSD, indicou, Andreia Sousa;
- Nuno Valente, em nome do CHEGA, indicou, Cecília Martins.

**Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Ana Brandão, bancada da CDU

Solicitou informação sobre a data de reativação do funcionamento do Centro de Vacinação de Canídeos, dado que alguns munícipes se sentem lesados pelo facto de o mesmo não estar a funcionar.

Seguidamente, referiu que alguns munícipes residentes na zona dos Flamingos, reclamam o facto de se encontrar dois carros em estacionamento abusivo. Salientou que há mais de oito meses foi dado conhecimento da situação à câmara municipal, contudo, os carros ainda não foram retirados da via pública, questionando o porquê.

– Presidente da câmara

Relativamente às viaturas abandonadas, salientou o facto de pelo meio dos oito meses se terem realizado as eleições autárquicas, se ter dado o final do ano e ter sido elaborado o orçamento, enfim, um conjunto de questões que acabaram por contribuir para a questão do tempo. Julga que nunca foram recolhidas tantas viaturas da via pública como nos últimos cinco anos. Informou que para se efetivar a recolha das viaturas terão de ser cumpridos dois pressupostos: que a câmara municipal tenha espaço para guardar as viaturas, espaço esse situado no Estaleiro Municipal e notificar o proprietário de acordo com a legislação em vigor. Após a notificação ao proprietário, este dispõe de 30 dias para retirar a viatura da via pública, contudo, tem acontecido com muita frequência (não querendo dizer que seja o caso das duas viaturas), que após a notificação o proprietário responde a informar que a viatura já não é sua, que a vendeu, tem um comprovativo de venda e, assim terá que se fazer uma nova notificação e dar mais trinta dias, todavia, por vezes acontece que quem comprou não efetuou o respetivo registo do veículo. Salientou o facto de o espaço disponível no Estaleiro Municipal para albergar as viaturas não ter grande capacidade. Informou que há poucos dias a autarquia procedeu à alinação de sucata, pelo que, se irá iniciar agora um novo procedimento de recolha de viaturas.

Seguidamente, solicitou autorização para a senhora vereadora Ana Sofia Maduro, responder à questão dos canídeos, o que foi aceite.

– Vereadora Ana Sofia Maduro



Referenciou que presumia que ao falar em Centro de Vacinação de Canídeos se deveria estar a referir-se à Campanha de Vacinação Antirrábica e de Identificação Eletrónica. Informou que a campanha, presentemente, se encontra a decorrer nas diversas freguesias do concelho, tendo essa informação sido prestada na reunião de câmara de 8 de junho e publicitada nos meios de comunicação digital da câmara municipal. Na freguesia do Samouco, a vacinação realiza-se no Pavilhão Desportivo, em S. Francisco, na junta de freguesia, no Passil, no edifício do Centro de Saúde e na Fonte da Senhora, na Delegação da Junta de Freguesia de Alcochete. No edital estão identificadas as devidas datas de deslocação. A campanha já se tinha iniciado no decurso do ano, com regularidade no Estaleiro Municipal, todas as quintas-feiras da parte da manhã.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Helena Batista, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Moção “Avançar – Por Mais e Melhores Transportes”:

«Considerando que:

Temos vivido nos últimos anos, com incidência na Área Metropolitana de Lisboa (AML);

Significativos avanços na democratização dos transportes públicos;

Contrariando uma lógica de desvalorização do transporte público e de privatizações que a Lei n.º 52/2015 que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros orienta, em 2019 foi possível avançar com uma solução tarifária mais barata, permitindo uma muito significativa redução do custo suportado por cada família, alargou a mobilidade oferecida pelo Passe Social Intermodal, atraiu mais gente aos transportes públicos;

A solução, objeto de luta e reivindicações das populações, dos trabalhadores do setor e do Poder Local durante dezenas de anos, foi construída envolvendo os municípios e o Governo e não poderia ser de outra forma;

A implementação do Passe Social Intermodal com uma significativa redução do preço, para além de um acesso mais barato e simplificado ao transporte público, atraiu mais utentes, reduziu a utilização do transporte individual e as emissões de CO2;

Operando uma revolução nos transportes, a redução tarifária permitiu prosseguir a perspetiva de continuar a avançar numa lógica integrada e reforçada dos transportes em toda a região da AML, procurando garantir mais e melhor mobilidade, mais e melhor ambiente, transportes públicos mais acessíveis e baratos;

A criação da empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) integra a persecução destes objetivos;

O contexto atual, ao qual os municípios são alheios, de aumento significativo do preço dos combustíveis e, em geral, do custo de vida, colocam novas exigências e dificuldades acrescidas;

Aberta a possibilidade de proceder à contratação de serviço público rodoviário de passageiros, a partir da AML e com forte participação dos municípios, foi encetado um caminho, sem estar livre de complexidades e exigências, para a implementação de uma operação rodoviária integrada, alargada e inovadora em toda a AML e em todos os concelhos que a compõem;

Essa operação teve início no passado dia 1 de junho (Lote 4), abrangendo primeiramente os concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal. Uma operação contratada pela TML à empresa ALSA Todi. Um lançamento que ainda refletiu problemas antigos e conheceu no seu arranque dificuldades e falhas;

A partir do dia 1 de julho e, progressivamente, o Lote 3 (Almada, Seixal e Sesimbra) entrará em vigor. Os restantes dois Lotes (Lote 1 – Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras, Sintra - e Lote 2 – Odivelas, Lisboa, Loures, Vila Franca) entrarão em funcionamento quando as empresas de transporte com responsabilidades nesses Lotes conseguirem garantir as condições necessárias e suficientes a um serviço de transporte que, no fundamental, garantam que está contratado, particularmente viaturas, número de trabalhadores, informação ao público, entre outras. Cada passo dado representa avanços e novas exigências, que obriga a medidas de acompanhamento, monitorização e respostas diárias;

Os problemas identificados no arranque do Lote 4, para além da exigência de os ultrapassar o mais rapidamente possível, obrigam a prevenir nos restantes Lotes problemas similares e a antecipar novos problemas decorrentes da área da operação específica de cada lote e seu território;

Os utentes e as populações não podem ver regredir os avanços alcançados, nem que as suas justas expectativas sejam goradas. É possível, como é necessário, que as empresas operadoras possam antever e prevenir problemas na operação, garantindo a melhoria da fiabilidade, da comodidade e da eficácia para qual esta operação está desenhada e que dela resultará.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcochete, reunida a 30 de junho de 2022, delibera:

1. Recomendar à Câmara municipal que no quadro da sua integração na AML e, em conjunto com os restantes municípios que compõem: 1) a tomada de medidas para que as empresas cumpram integralmente os horários, as carreiras e os percursos que em cada momento estão previstos assegurar por cada um dos operadores contratados; 2) o acompanhamento de modo a que cada operador procure a tempo debelar problemas imprevistos, procedendo a ajustes e acertos verificados como necessários; 3) a verificação do cumprimento das responsabilidades de cada operador na prestação do serviço público de

transporte de passageiros e na defesa dos direitos dos trabalhadores; 4) a planificação cuidada da informação e da comunicação junto dos utentes - horários, carreiras, percursos.

2. Revindicar que o passe único passe de €40,00 para €30,00 dado que antes de 1 junho quem vivesse e trabalhasse no concelho de Alcochete o passe era de €28,00 agora é de €40,00.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia

Referiu que desconhecia se houve ou não aumento nos transportes Montijo/Alcochete, para poder discutir esta situação.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Informou que houve aumento, porque foram eliminados cerca de 900 diferentes títulos de transporte. Esta reorganização dos tipos de passe fez com que alguns passes que ficavam mais baratos em algumas operadoras como nos TST, fossem eliminados e ficasse, basicamente, o Passe Municipal Metropolitano que tem o custo de €40,00, os títulos pré-comprados e os comprados a bordo.

Em relação à Moção, na generalidade concorda com tudo o que foi dito, tendo ficado com a dúvida se a mesma defende a progressiva gratuitidade dos passes.

- Presidente da assembleia

Mencionou que, pelo que ouviu, nada é referido na Moção sobre a questão da alteração de gratuitidade, assunto que já foi falado em alguns concelhos da AML.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que, tendo em conta os custos globais, as autarquias deveriam intervir, junto da AML de forma que a responsabilidade dos municípios não ultrapasse os 30% dos custos, porque se a situação não evoluir nesse sentido, considera que no futuro os municípios irão ter problemas em termos económico-financeiros.

Submetida à votação, foi a Moção aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 abstenção do CHEGA.

Nuno Valente apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do CHEGA:

«A declaração de voto tem como base a demagogia da CDU que também ajudou a aprovar isto e, depois, é triste virem para aqui tirar aproveitamentos políticos, porque o primeiro-secretário, senhor Carlos Humberto e o senhor Rui Lobo também são membros e com responsabilidades claras da CDU. Isto é demagogia e aproveitamento político. Nós abstermos, mas não votamos contra.»

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor: “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor às várias coletividades do concelho, que comemoraram os seus aniversários. São elas:

- A Casa da Malta, que no passado dia 1 de maio completou o seu trigésimo nono aniversário;
- O Grupo de Forcados Amadores do Aposento do Barrete Verde, fundado a 22 de maio de 1965, pelo seu quinquagésimo sétimo aniversário. Comemoraram-se 57 anos de tradição do grupo mais antigo do concelho do que à arte de pegar toiros e defesa da festa brava diz respeito;

- O Vulcanense Futebol Clube, que no passado dia 10 de junho, dia de Portugal, comemorou 60 anos de existência a promover a prática desportiva no concelho de Alcochete;
- O Agrupamento 223 do Corpo Nacional de Escutas, fundado a 24 de junho de 1966, pelo seu quinquagésimo sexto aniversário. São já 56 anos a dignificar o Escutismo no nosso concelho;
- O Grupo de Forcados Amadores de Alcochete, fundado a 25 de junho de 1971, pelo seu quinquagésimo primeiro aniversário. São 51 anos a praticar a arte de pegar toiros, a defender a festa brava e a dignificar o nome de Alcochete, além-fronteiras;
- E o Grupo Motard do Convento de São Francisco, fundado a 25 de junho de 2000, pelos seus vinte e dois anos de existência.

Louvamos a Comissão de Festas da Festa de Confraternização Camponesa de São Francisco pela sua resiliência e espírito de sacrifício para que fosse possível, após dois anos, voltarmos a ter momentos como aqueles que foram vividos entre os dias 2 e 5 junho. Finalmente, as festas voltaram ao nosso concelho, sem registos de ocorrência reprobatórias.

Louvamos também o Futebol Clube de São Francisco pela conquista da Taça Distrital da Associação de Futebol de Setúbal, na categoria de iniciados (Sub 15), de Futsal. Muitas têm sido as alegrias que nos têm dado, ao longo dos anos.

Também no desporto, parabenizamos o Grupo Desportivo Alcochetense pela conquista do campeonato distrital de Benjamins B (Sub 10), da Associação de Futebol de Setúbal. Assim como pela subida à 2.<sup>a</sup> Divisão do Campeonato Nacional de Juniores (Sub 19), da Federação Portuguesa de Futebol.

E, para terminar, louvamos a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Baptista de Alcochete, que nos dias 20 a 26 de junho e em conjunto com a Câmara Municipal de Alcochete, Junta de Freguesia de Alcochete e Casa da Malta, pela organização e pelo programa variado, que nos permitiu voltar a celebrar o nosso santo padroeiro, São João Baptista.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 30 de junho de 2022, que este Voto de Louvor seja votado e após votação, remetido para as entidades acima mencionadas.»

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Patrícia Figueira, bancada do CDS/PP

Sublinhou que o Grupo de Forcados Amadores de Alcochete não foi fundado no dia 25 de junho, mas no dia 24 de junho, dia de São João Baptista.

- Presidente da assembleia

Solicitou a devida correção ao dia.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

- José Tavares, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Pesar “Armando José Crispim”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio prestar um Voto de Pesar pelo falecimento de Armando José Crispim, a 19 de junho de 2022, com a bonita idade de 91 anos.

Aprendeu música na Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, a convite de Manuel da Mestra, onde foi músico dos 13 aos 40 anos, sendo o seu primeiro instrumento o trompete. Depois tocou trombone e também bombardino.

Descendente de salineiros, trabalhou nas marinhas, primeiro a carregar água, depois a rapar sal e nas descargas do carvão e do bacalhau.

Com a ajuda de António Gonçalves, da banda de Alcochete, entrou como recruta para o Quartel de Infantaria 1, conseguindo depois lugar como músico trombonista na Banda do Exército.

Aos 23 anos, prestou provas na Banda da Guarda Nacional Republicana, permanecendo ao serviço desta durante 28 anos.

A par da vida profissional, Armando Crispim procurou sempre melhorar os seus estudos, tendo frequentado o Curso Comercial na Escola Ferreira Borges, em Lisboa e aos 26 anos de idade iniciou os estudos de contrabaixo de cordas no Conservatório Nacional. Ao longo da sua vasta carreira, foi ainda músico da Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de São Carlos e da Orquestra Sinfónica Portuguesa, onde entrou aos 62 anos e se reformou aos 73 anos.

Participou várias vezes como solista na Orquestra da Fundação Calouste Gulbenkian. E, entre 1993 e 1998, dirigiu com mestria a Banda da Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense.

Um dos momentos mais marcantes da sua carreira, segundo o próprio, foi ter sido seleccionado, conjuntamente com o violinista Carlos Fontes, em 1985, para participar no concerto da Orquestra Filarmónica Mundial, em Estocolmo. Um espetáculo patrocinado pela UNICEF, em colaboração com a Academia Real Sueca de Música, a que assistiram todos os laureados com o Prémio Nobel de 1985, inclusive a família real da Suécia.

Alcochete sempre se orgulhou deste seu talentoso filho. Em 2008, a câmara municipal prestou-lhe homenagem, assinalando os 50 anos de carreira. Em 2009, a edilidade voltou a homenagear o músico pela sua carreira, notabilização na área da música e pela projecção que deu ao município de Alcochete, atribuindo-lhe a medalha Dourada da Restauração, pelo 111.º Aniversário da Restauração do Concelho.



Solicita-se à presente Assembleia, reunida ordinariamente a 30 de junho de 2022, que depois de votado se remeta este voto para os seus familiares e se cumpra um minuto de silêncio.»

Submetido à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– José Luís Catalão

Referiu que Armando Crispim foi membro da Assembleia Municipal durante vários mandatos pela UDP - União Democrática Popular. Era um homem de bom trato, um alcochetano que pôs sempre em primeiro lugar a defesa dos valores e os interesses do concelho de Alcochete.

Submetido à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

– Carla Pereira, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Pesar “António José de Abreu Marques”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio prestar um Voto de Pesar pelo falecimento, no passado dia 11 de junho de 2022, de António José de Abreu Marques, Subchefe da Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcochete.

Nascido em 1959, António Marques ingressou no Corpo de Bombeiros Voluntários de Alcochete em 1988, onde permaneceu durante 34 anos, mantendo-se no Quadro Ativo até à sua partida.

Acompanhou e inspirou gerações de bombeiros e bombeiras, demonstrou sempre sentido de responsabilidade e dever. Dedicou grande parte da sua vida à proteção da nossa população, a quem sempre prestou socorro de forma abnegada e com total entrega.

Foi várias vezes condecorado por bons serviços e será sempre lembrado pela forma como honrou o lema “Vida por vida”, pelo sentido de lealdade, dedicação e disponibilidade aos outros.

Solicita-se à presente Assembleia, reunida ordinariamente a 30 de junho de 2022, que depois de votado se remeta este voto para os seus familiares e se cumpra um minuto de silêncio.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio pelos dois falecidos.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Moção “Pela Defesa do Direito à Saúde”:

«A saúde é uma preocupação do ser humano, constituindo elemento fundamental para a vida e o bem-estar de cada pessoa e mais uma lacuna deste Governo ao permitir o fecho das urgências de Obstetrícia no Centro Hospitalar Barreiro/Montijo.

A sequência das políticas conduzidas por sucessivos governos do PS, PSD e CDS estão na origem do crónico subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Estamos numa situação de rutura e com iminência de se poderem fechar mais serviços por falta de recursos humanos se nada for feito, se não houver rapidamente uma solução.

Ao longo dos anos o PS e a direita votaram contra as propostas do PCP e do PEV que visam investir no SNS e agora recentemente no âmbito da discussão

do Orçamento de Estado, quer o PS, quer o PSD votaram novamente contra as propostas do PCP para mais financiamento, reforço e defesa do SNS.

O distrito de Setúbal deveria ter 22 especialistas de ginecologia e obstetrícia, tem 10. Com esta carência, as unidades hospitalares recorrem à contratação de médicos externos contratados a empresas de prestação de serviços ou recorrem insistentemente a horas extraordinárias.

No caso concreto do concelho do Montijo, foi um governo do PSD que nos tirou a maternidade e foi um governo do PS que nos retirou o serviço de cirurgia geral e medicina interna, assim como reduziu o serviço e urgências, a uma mera urgência básica, obrigando à deslocação dos utentes de Alcochete e Montijo para o Barreiro, para a prestação de cuidados de saúde que antes eram assegurados na Unidade Hospitalar do Montijo.

A bancada da CDU exige que se tomem medidas urgentes com vista a garantir a atração e fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, investindo nas suas carreiras e remunerações e combatendo o “assalto” que os hospitais e clínicas privadas estão a fazer aos profissionais do SNS.

É politicamente inaceitável a ausência de efetivas intervenções sobre esta matéria por parte da presidência PS da Câmara Municipal de Alcochete, não deixa de ser mais do que legítimo e necessário, que se tome uma posição de exigência, pelo funcionamento do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo e não uma atitude submissa ao Governo.

Dar conhecimento:

Ministério da Saúde;

ARS-LVT;

ACES – Agrupamento de Saúde do Arco Ribeirinho.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Ana Maduro, bancada PS

Considera que a Moção mistura vários assuntos. É sabido que a saúde está com problemas, todavia, os mesmos não são de agora, já vêm de há muitos anos. Na sua opinião, o problema é de raiz estrutural, desde a formação dos médicos e não dos hospitais e da gestão que está a ser efetuada. Salientou que não entende o que é que a câmara municipal tem a ver com estas situações, com o facto de o Centro Hospitalar ter deixado de ter médicos ou obstetras e com o que se passou no Hospital do Montijo.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Considera que na Moção está a ser efetuado um ataque ao executivo PS da câmara municipal, pelo que questionou o senhor presidente da assembleia se era possível o executivo se defender do mesmo. Mais considera que na Moção é feita uma mistura de assuntos em relação ao tema da saúde, salientando que o tema já foi debatido na sessão da Assembleia Municipal anterior e se está novamente a falar sobre o assunto.

– Presidente da assembleia

Esclareceu que a bancada da CDU é livre de apresentar quantas vezes quiser os temas que considerar oportuno e quando apresenta uma proposta, cabe a cada membro da assembleia votar. Como na presente Moção a câmara municipal é visada, compete também a cada um dos membros da assembleia ajuizar a validade do que é mencionado na Moção, ou seja, ser ou não a favor do conteúdo que é apresentado e votar em consciência.

– José Tavares, bancada do PS

Considera a Moção um pouco confusa, ou seja, se a mesma é de âmbito nacional, não vê grande valor a acrescentar, em termos do município, julga que a autarquia tem tido de facto uma preocupação com a questão da saúde, sendo um pouco impotente para resolver a situação, porque é uma questão de nível nacional. Como referido pela deputada Ana Maduro, trata-se de uma

questão de formação de médicos, não existindo médicos, há falta médicos nos centros de saúde ou nos hospitais.

A Comissão criada ao nível da assembleia municipal (Comissão para Análise da Situação dos Cuidados de Saúde no concelho) é no sentido de tentar, de alguma forma, pressionar a entidade local de saúde para resolução de um problema geral da população que é a falta de médicos no concelho, nomeadamente em Samouco, onde não foi reenchida a vaga existente e em S. Francisco, onde existe um carro que não se desloca a esta freguesia por falta de médico, bem como o facto de no Centro de Saúde de Alcochete as chamadas telefónicas não serem atendidas. Em termos dos serviços camarários, julga que está a ser efetuado o trabalho que é possível. A Moção parece-lhe um pouco abrangente e, portanto, difícil de se intervir ao nível governamental por ser uma questão de fundo.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a Moção trata uma matéria que é fundamental para qualquer habitante do concelho ou para qualquer residente que habite no nosso País, contudo, ao nos restringirmos à assembleia municipal, está-se a falar da saúde que se pratica no nosso concelho. E é nessa perspetiva que a Moção tem de ser encarada e não encarada como um ataque a quem nos representa a nível concelhio, dado que, todas as matérias, sejam elas quais forem que digam respeito às populações, aos seus interesses, aos seus anseios e às suas necessidades têm de ter uma atenção redobrada e a saúde é uma delas. É sabido que na área da saúde os municípios têm uma responsabilidade mínima, no que diz respeito às políticas que orientam a questão, contudo, têm uma responsabilidade grande de reivindicar para as populações aquilo que elas necessitam. Ao ser retirado serviços no Hospital do Montijo, que serve também o concelho de Alcochete, o município de Alcochete tem de ter uma voz de protesto e é isso que a Moção chama a atenção. A Moção também chama à equação outras situações, como o facto de a CDU, através do PCP e do PEV ter apresentado propostas para se poder alterar estas situações. Aquando da discussão do Orçamento, um dos principais fatores para o mesmo não ter sido

aprovado foi o Partido Socialista não ter no orçamento verbas com condições para poder responder aos problemas que já se sabia que existiam há muito tempo.

Considera que estas matérias são muito sensíveis para as populações, portanto, a assembleia municipal e o executivo municipal têm de reagir reivindicando junto das entidades competentes aquilo que é necessário, neste caso, para o concelho de Alcochete e é nessa perspetiva que a Moção é trazida à presente sessão, como será no futuro, se os problemas não se resolverem.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Relativamente ao referido pela deputada Ana Maduro, em relação à formação dos médicos, mencionou que a questão se prende com os “numerus clausus” das faculdades, porque há um número muito restrito de pessoas a serem admitidas para a Faculdade de Medicina, levando a só haver um determinado número de médicos para servir mais o serviço particular do que propriamente o SNS.

- Nuno Valente, bancada do Chega

Primeiramente, referiu que os cortes que existiram de 2011 a 2015 se deveu-se pelo facto de Portugal estar sob resgate, por culpa de Sócrates e seguidamente mencionou que foi a CDU por tacanhez ideológica e devido à gerigonça que aprovou vários Orçamentos do PS que levaram ao caos que hoje estamos a viver, sobretudo nos serviços públicos e agora tentam sacudir a água do capote. Considera que a tacanhez ideológica é de tal maneira grande (não sendo a CDU o único partido), que o Chega apresentou na Assembleia da República, não só em sede da saúde, mas em diversas áreas, trezentas e muitas propostas, mas viu-se qual foi o seguimento das votações. Considera que a tacanhez ideológica é vasta, pelo que, para si, apresentar uma Moção como esta numa sessão da assembleia municipal é discutir demagogia só para

obter votos das populações, felizmente, que a população de Alcochete começa a ficar menos cega.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Considera que o que está em discussão não é o tema em si, porque todos concordam que existem carências na área da saúde (que não são só de agora, é de há muito tempo), mas o modo como a Moção é apresentada, pelo que questionou a bancada da CDU quais eram os factos que tinha na sua posse para dizer que o executivo municipal é submisso. Seguidamente, referiu que não fica bem a CDU dizer que a culpa é dos governos PS, PSD e CDS, dado que a CDU ou PCP nunca foi governo, considerando que o que se deve fazer é lutar e reivindicar melhores condições, sem entrar numa verdadeira caça às bruxas, como muitas das vezes é feito nas Moções apresentadas pela CDU.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Esclareceu que a Moção não refere que o executivo é submisso, diz: “não tenham uma atitude submissa ao governo”, é estar a alertar para não ter, diferente de afirmar que é.

- Presidente da assembleia

Referiu que acha oportuna a Moção, contudo, para si o problema da mesma é que esta extravasa para a área política, passando, assim, a ser uma Moção para atacar forças políticas do que propriamente para defender a causa. Não concorda que a solução seja o dinheiro, o Orçamento de Estado para o presente ano compreende mais €800.000.000,00 para a saúde e os problemas estão a verificar-se presentemente, portanto, a solução não passa por infetar dinheiro. Evidenciou que o Ministério do Ensino Superior tentou há pouco tempo abrir mais escolas para médicos, mas a Ordem dos Médicos foi contra e esse é que é o problema dos médicos do País, ressalvando que nenhum partido da Assembleia da República se pronunciou sobre a diretriz da Ordem dos Médicos e assim, presentemente, temos formação de médicos equivalente

aquilo que se tinha há 20 anos. Também considera que o problema não é o “numerus clausus” das universidades, dado que os alunos entram por ordem da nota mais alta e, assim, se o último que entrou tinha nota de 19, o seguinte para entrar também precisa de ter 19, porque, se tivesse sido com nota de 17, o número era 17. O problema é a falta de vagas e o Estado continuar refém da Ordem dos Médicos.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que uma Moção, como a vida é política, não há nada que não seja política, a atividade humana é política e o que se está aqui a tratar é política da atividade humana e da sociedade dos humanos. Compreende que a bancada do Partido Socialista, dado que é o Partido Socialista que está no Poder e que tem a responsabilidade de gerir o País e todos os setores de atividade, tenha uma opinião diferente da CDU. Saliu que a saúde é um direito constitucional, é um direito que o Estado tem de assegurar a todos os cidadãos. Considera que há médicos, os mesmos é que saem do SNS para ir para os privados porque estes pagam melhor, bem como julga necessário se rever as carreiras.

Mais considera que o executivo municipal, os executivos das freguesias e esta assembleia tem o direito de fazer reivindicações e exigir a quem determina e quem constrói políticas que o faça de acordo com as necessidades das populações, que é o que não está a acontecer e era esse o objetivo da CDU ao apresentar a Moção. Considera que o executivo também está ao lado da CDU, no sentido de exigir para as populações aquilo que elas necessitam, independentemente da força política que esteja no Governo, todavia se se tiver de responsabilizar alguém, será quem ao longo dos anos teve no Governo, que executou políticas que neste momento nos leva a esta situação que já é quase dramática, com todos os dias a encerrarem serviços.

– Presidente da assembleia



Mencionou que não é submisso ao PS e que vota sempre de acordo com a sua consciência.

Submetida à votação, a Moção foi reprovada com 17 votos contra (14 do PS, 1 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega), 2 abstenções (1 do PS e 1 do CDS-PP) e 5 votos a favor da CDU.

- » Diogo Mourão apresentou a seguinte declaração de voto, em nome dos deputados do PS que votaram contra:

«A bancada do Partido Socialista votou contra a Moção do PCP/CDU por não concordar com a mesma, considerando que mistura temas sem fundamento e argumentos razoáveis para transpor para o nível local.

Apesar dos problemas que enfrenta o setor da saúde e o SNS, o executivo municipal tem feito esforços para melhorar os serviços de saúde.

Contem com o PS para reivindicar e trabalhar pelo reforço do setor da saúde, em particular no nosso concelho. Não contem com o PS para aprovar moções que não passam de caça às bruxas, que procuram no seu corpo do texto responsáveis e não soluções.»

Andreia Sousa, apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PSD:

«A bancada do PSD vota contra a Moção apresentada uma vez que não se revê no retrato que é feito do PSD nesta Moção, principalmente quando este tem vindo a alertar a Assembleia da República, por diversas vezes, para o colapso do SNS. A posição da bancada do PSD é reforçada quando, nos últimos mandatos, a CDU suportou o Governo PS.

Pelos motivos anteriormente enunciados, o PSD não poderá votar favoravelmente a esta Moção.»

- » Nuno Valente, apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do Chega:

«Votamos contra, porque mais uma vez reforço, esta Moção é um reforço da demagogia política da CDU, porque quando vêm atacar aqui ou usar estes argumentos, esquecem-se, mais uma vez reforço, que tiveram durante 6 anos a suportar um Governo Socialista e aprovarem os seus orçamentos. Não podem, já mais, hoje vir aqui sacudir a água do capote.

Reforço um pouco a tacanhez ideológica, mais uma vez, que levou e forçou o Partido Socialista, que foi um dos autores das PPP que acabaram com, nomeadamente, o Hospital Beatriz Ângelo e o Hospital de Braga e vamos ver como é que esses hospitais estão hoje. Um dos olhos do furacão, é precisamente o Beatriz Ângelo, em Loures e o Hospital de Braga.»

- » O presidente da assembleia, apresentou a seguinte declaração de voto, em seu nome:

«Eu abstive-me porque, embora concordando que a Moção é oportuna, porque se vive um problema grave em que fecha urgências em determinadas áreas, depois discordo do conteúdo, que extravasa para a área política e não para os problemas de saúde e, portanto, em consciência, votei em abstenção.»

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- Senhor Ricardo Teixeira

Munícipe residente em Alcochete e desde há 3 anos tem estado a escrever ao senhor presidente da câmara a solicitar uma solução para um caniçal existente em frente à sua moradia, tendo só em agosto de 2021 obtido uma resposta, a informar que iria ser efetuada uma visita ao local, pelo técnico Luís Pereira que após deslocação ao local verificou que os seus argumentos eram válidos, um aglomerado grande de canas, aglomerado de animais e perigo de incêndio.

Salientou que o presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco é a única pessoa que lhe tem respondido e reencaminhado os seus *emails* para a câmara municipal. Na altura que o técnico se deslocou ao local, foi-lhe comunicado que o proprietário tinha sido notificado para resolver o problema no prazo de 10 dias. Acontece que já se passou um ano e nada foi realizado. Assim, enviou uma carta registada no passado dia 16 de março de 2022, à qual ainda não obteve resposta. Considera uma falta de respeito a Câmara, após tanta insistência da sua parte, não responder às suas comunicações durante 3 anos, tendo apenas tido uma resposta em agosto de 2021.

O deputado João Santos, na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, solicitou autorização para falar, tendo o presidente da assembleia lhe concedido a palavra.

- João Santos, bancada do PS

Informou que o munícipe é morador da freguesia de S. Francisco, na rua do Cercal, contudo o terreno visado pertence à freguesia de Alcochete.

- Presidente da câmara

Referiu que o munícipe expõe que aguarda por uma resposta há 3 anos, todavia, obteve uma resposta em agosto de 2021, não foi é cumprido com aquilo que era a sua necessidade e com aquilo que estava na origem das suas comunicações.

Esclareceu que é normal que a população quando tem um problema, remeta comunicação dirigida ao presidente da câmara, contudo, é efetuada uma triagem e se o assunto tiver a ver com uma determinada área atuação e a competência estiver delegada num vereador, o assunto passa automaticamente para essa figura.

Salientou que é um defensor de que qualquer carta, *email* ou telefonema tem de ter uma resposta, pelo que, se não recebeu mais nenhuma resposta, desde

agosto de 2021, em nome da equipa que lidera, mesmo não tendo diretamente a ver com esse assunto, pediu desculpa pelo facto.

Seguidamente, explicou que o caniçal referido é propriedade de dois proprietários e tal como acontece todos os anos, os proprietários desses dois terrenos foram notificados, bem como todos os proprietários que de acordo com o que a legislação prevê têm de proceder à limpeza das suas propriedades, em que o prazo não é de 10 dias, mas de 20 dias. Se os proprietários não realizarem esse trabalho, compete à autarquia assumir essa função, imputando os custos àqueles que foram os prevaricadores. Ressalvou que em 2017, quando começou a exercer as suas funções, enquanto presidente da câmara, existia um conjunto de processos em contencioso há mais de 10 anos sem solução à vista (alguns apareceram agora a sua resolução) e se a câmara for cumprir exatamente aquilo que a legislação diz, não há dinheiro para mais nada, sendo que a autarquia também não tem capacidade para realizar todo esse trabalho.

Reiterou o pedido de desculpas por o munícipe estar a ser prejudicado e como a responsabilidade do assunto é da autarquia, solicitou ao senhor vereador Pedro Lavrado que quando findado o prazo que foi dado aos proprietários, de acordo com a Lei para realizar esse trabalho, se o mesmo não tiver sido efetuado, para enveredar esforços para acabar com o caniçal.

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 5 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A assembleia tomou conhecimento.

## **PONTO 2 – 2.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2022**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 08/06/2022:

«A presente proposta de alteração ao mapa de pessoal para 2022, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão, - tendo em consideração a responsabilidade pelo dimensionamento e pelos desafios que emergem do contexto envolvente da autarquia.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete, implica assim uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das competências necessárias para que a ação global da autarquia seja eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham, procurando criar, as possíveis oportunidades de motivação e desenvolvimento individual.

Desta forma a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal - tendo em consideração o último mapa de pessoal, aprovado em reunião de câmara de 13/04/2022 e sessão da assembleia municipal de 29/04/2022 - reflete para além da avaliação do impacto das saídas que se têm registado, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas deficitárias.

No que respeita, às restantes movimentações/necessidades, identificadas nos últimos meses, correspondem às seguintes ocorrências:

- 1) Vacatura de dois postos de trabalho, a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da Divisão de Intervenção Social (DIS), por regresso das trabalhadoras, integradas

no segmento da transferência de competências no domínio da educação;

- 2) Vacatura de dois postos de trabalho, a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação da DIS, por regresso das trabalhadoras;
- 3) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de desporto da DIS, por aposentação do trabalhador;
- 4) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira técnico superior, da DIS, para desenvolver uma comissão de serviço, noutra organismo;
- 5) Consolidação de mobilidade na categoria, de trabalhadora oriunda de outro organismo, da carreira de técnico superior, área de comunicação social, do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI);
- 6) Consolidação de mobilidade intercarreiras, de uma trabalhadora da carreira de assistente operacional, área de educação para a carreira de assistente técnica/administrativa Educação e Desenvolvimento Social, da DIS;
- 7) Criação dos seguintes postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:
  - 4 da Carreira de técnico superior
    - 1 Engenheiro Informático para a DAGR;
    - 1 Engenheiro Civil para a DISU;
    - 1 Engenheiro Civil para a DOME;
    - 1 Engenheiro Mecânico para a DOME;
  - 6 da Carreira de assistente técnico
    - 1 Administrativo para a DAT;

- 2 Administrativos para a DIS;
  - 2 Administrativos para a DISU;
  - 1 Administrativo para a DOME;
- 8 da Carreira de assistente operacional
- 2 Águas e Saneamento para a DISU;
  - 3 Higiene Urbana para a DISU;
  - 1 Recolha de Resíduos Sólidos para a DISU;
  - 1 Apoio a Eventos para a DISU;
  - 1 Espaços Verdes para a DISU;
- 8) Criação de 5 postos de trabalho, da carreira de assistente operacional – área de educação, com vínculo de emprego público por tempo determinado, no regime de contrato a termo resolutivo certo;
- 9) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da Divisão de Intervenção Social (DIS), para substituição de trabalhadora ausente;
- 10) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico, área administrativa de contratação pública, da Divisão de Administração e Gestão de Recursos (DAGR);
- 11) Ocupação, no regime de mobilidade na categoria, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área Comunicação Social, do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI), de um trabalhador oriundo de outro organismo;

- 12) Reafecção de 4 postos de trabalho ocupados, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:
- 1 assistente técnico da área de contratação pública, Setor de Gestão Financeira da DAGR para o Setor de Expediente Geral, Apoio aos Órgãos Autárquicos e ao Município da mesma Divisão;
  - 1 assistente técnico da área de contratação pública, Setor de Gestão Financeira da DAGR para a área de arquivo, do Setor de Expediente Geral, Apoio aos Órgãos Autárquicos e ao Município da mesma Divisão;
  - 1 assistente operacional do Setor de Logística e Transportes, área de limpeza de edifícios, para a área de Transportes, da mesma Unidade Orgânica;
  - 1 assistente operacional do Setor de Espaços Verdes e Higiene Urbana, área de higiene Urbana, para o Setor de Gestão de Cemitério da mesma Divisão.

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

- a) Aprovar a segunda alteração ao mapa de pessoal para 2022, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5 do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;
- b) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:



- Presidente da câmara

Referiu que a proposta é um mero procedimento administrativo e, sobretudo de gestão de recursos humanos, prendendo-se com a atualização que comporta fazer por via da libertação de postos de trabalho, alguns por aposentação, outros devido a mobilidade para outro organismo, outros por via da caducidade dos contratos, outros por via da consolidação da mobilidade e da consolidação intercarreiras e alguns, naturalmente, pela criação de postos de trabalho, tendo em conta o volume de trabalho que a câmara municipal tem tido e, fundamentalmente, ao nível da descentralização de competências. Informou que, atualmente, o Quadro de Pessoal apresenta 550 lugares ocupados, 72 lugares vagos e mantém o número de dirigentes que transitaram do mandato anterior.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS e 9 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega).

- » Álvaro Costa, apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«A bancada da Coligação Democrática Unitária da Assembleia Municipal de Alcochete absteve-se na votação do ponto 2 da Ordem do Dia, por considerarem que muitas das alterações ao Mapa de Pessoal, derivam de uma gestão e de uma visão própria de quem atualmente gere os destinos da autarquia.

Se fosse a CDU a ter essa gestão e essa visão, muito provavelmente, as opções seriam outras, daí o nosso sentido de voto.»

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

## PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- José Tavares, bancada do PS

Saudou o executivo camarário pela aprovação do projeto da ciclovia que ligará Alcochete a S. Francisco, assim como todos os técnicos que tiveram envolvidos nesse trabalho, um trabalho de grande valor que irá permitir que as pessoas se desloquem em segurança.

Dado que a ciclovia irá confinar com o espaço destinado a estacionamento, junto aos Arcos do Convento, considera que seria de equacionar o seu asfaltamento.

- Presidente da câmara

Referiu que esse projeto passou por um desenho prévio, tendo sido depois efetuada uma contratação externa para o desenvolvimento do projeto, quer do ponto de vista da arquitetura, quer das especialidades e depois analisado e aprovado em reunião de câmara.

O projeto está desenvolvido em quatro fases, com tempo de execução de 36 meses. A primeira fase, o valor de execução, ascende a mais de €2.000.000,00, sendo o seu valor global de €3.200.000,00. Presentemente, os serviços estão a preparar as pastas com as parcelas, no sentido, de reunir seguidamente com cada um dos proprietários para apresentação do projeto e, à semelhança do que aconteceu com a rua do Láparo, tentar que os mesmos possam oferecer ao município as parcelas necessárias para execução da ciclovia/via ciclável e negociar com aqueles que não se consiga as cedências. Depois, terão de ser oficializados os registos ao nível da conservatória e

procurar do ponto de vista do quadro comunitário uma senda de oportunidade para desenvolver a obra, ou seja, um processo ainda moroso.

Informou que ao nível do quadro comunitário este só financia 40% do valor total da candidatura, pelo que, dos €3.200.000,00 apenas a autarquia será ressarcida em 40% e que a capacidade de endividamento da autarquia, no fecho do ano de 2021 era cerca de €4.000.000,00, ou seja, ponderáveis que terão que ser analisadas, salientando que não basta apenas apresentar um projeto em reunião de câmara, daí até a obra se iniciar existe um longo percurso para percorrer, mas de tudo será efetuado para que este projeto seja concretizado.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida á discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:45 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,